

ALÉM DOS MUROS: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESSOA IDOSA E SUA IDENTIDADE

Juliana Nunes Mendes
Gilberto Ferreira da Silva (Or.)

RESUMO

Este artigo resulta da experiência de estágio em Serviço Social realizado em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) na região metropolitana de Porto Alegre. Observou-se, através do estágio e embasamento teórico, que mudanças nas estruturas econômicas, sociais e familiares impactam na capacidade das famílias de cuidar dos idosos. As demandas do mercado de trabalho resultam em menos tempo disponível para o cuidado familiar, levando a uma busca crescente por espaços terceirizados, onde muitas vezes é vista como a única opção, podendo expor os idosos ao isolamento social e à deterioração emocional e psicológica. O assistente social desempenha papel crucial na garantia dos direitos e na preservação de vínculos familiares. Além das responsabilidades clínicas, as ILPIs tendem a negligenciar questões globais da formação humana. O artigo busca analisar as relações entre envelhecimento, institucionalização e identidade, especialmente compreendendo as transformações da identidade ao longo da vida dos idosos institucionalizados. Os eixos de discussão incluem a concepção teórica do envelhecimento populacional, destacando avanços, projeções e mudanças biopsicossociais. Ressalta-se a importância do assistente social na avaliação individual dos idosos, considerando fatores físicos, emocionais e sociais. Evidencia-se que a institucionalização pode resultar em isolamento social e perda de controle sobre a rotina, afetando a identidade da pessoa idosa. Em última análise, é crucial oferecer respostas sociais adaptadas às necessidades individuais, repensando espaços para facilitar a participação efetiva dos familiares durante o processo de redefinição e reconstrução da identidade.

Palavras-chave: Envelhecimento, Institucionalização, Identidade.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto da experiência de estágio II do curso de Serviço Social realizado em uma instituição de longa permanência para idosos (ILPI), localizada em um município da região metropolitana de Porto Alegre. Esta instituição possui como área de atuação a assistência social global da pessoa idosa na modalidade de abrigo de longa permanência, sendo seu principal objetivo acolher o maior número de idosos, proporcionando-lhes abrigo, proteção e qualidade de vida.

Estamos vivendo modificações significativas nas estruturas econômicas, sociais e familiares que estão afetando a capacidade de acompanhamento e cuidado com os “mais velhos” do núcleo familiar, o que implica na reconstrução da organização social e das relações entre as gerações.

Percebe-se que a pressão para manter empregos e atender às demandas do mercado de trabalho pode fazer com que os membros da família tenham menos tempo disponível para cuidar dos idosos. E esses fatores, aliados ao avanço na idade da pessoa idosa e a maior condição de dependência dessa população, implicam nas decisões das famílias de cada vez mais buscar espaços terceirizados para maiores cuidados.

Coerente a todo o fenômeno do envelhecimento, verificam-se alterações da estrutura familiar, precariedade de moradia, questões de saúde, falta de uma rede de apoio que contribua para a integração social e familiar ao idoso, entre outros.

Nesse cenário, muitas vezes a institucionalização é vista como a única opção para garantir uma condição de vida satisfatória para os idosos. No entanto, ao escolher esse caminho, a família pode inadvertidamente expor o idoso ao isolamento social, interrupção dos vínculos afetivos e prostração, contribuindo assim para a deterioração do bem-estar emocional e psicológico da pessoa idosa.

O assistente social desempenha um papel crucial na garantia dos direitos dos idosos em instituições de longa permanência e muitas vezes mantém e resgata vínculos familiares.

Diante desse contexto de institucionalização como a principal forma de cuidados, acrescenta-se que além das responsabilidades clínicas, esses espaços tendem a não dar atenção a questões globais da formação humana que vão além dos cuidados médicos. Sabe-se que tão importante quanto à saúde clínica, as

questões relacionadas à interação social e formação da identidade da pessoa idosa apresentam-se como formas saudáveis de envelhecimento. Quando as pessoas interagem umas com as outras, adquirem formatos de comportamento, valores, opiniões e até identidades são influenciadas por essas interações.

O objetivo geral deste artigo é analisar as relações entre envelhecimento, institucionalização e identidade sob o ponto de vista de idosos institucionalizados. Mais especificamente, pretende-se compreender as transformações da identidade ao longo da vida destes sujeitos institucionalizados.

Em um primeiro momento, apresentam-se elementos do processo de construção do artigo, detalhando aspectos metodológicos nos quais possibilitaram conhecer que tipo de pesquisa foi realizada e sua análise de conteúdo de dados. Em um segundo momento, estão apresentados os três eixos de discussão sobre o tema. Primeiramente, se apresenta a concepção teórica sobre o envelhecimento populacional, seus avanços, projeções e mudanças biopsicossociais, cujas observações demonstram que a cada ano o avanço demográfico e cronológico implicam no aumento de doenças e limitações no cotidiano, implicando na necessidade de encaminhamento para instituições de longa permanência para idosos. Ao decorrer do estudo, ressalta-se a importância do profissional assistente social no campo da institucionalização, cuja função, dentre outras, é realizar avaliações individuais desse público para identificar suas necessidades específicas, levando em consideração fatores físicos, emocionais e sociais.

O estudo destaca que a institucionalização é percebida como o fim da convivência comunitária, levando ao isolamento social e à perda de controle sobre a rotina, o que pode impactar a identidade dos idosos. Para abordar essas questões, é crucial oferecer soluções sociais personalizadas, considerando as experiências individuais dos idosos.

Por fim, é fundamental reavaliar ambientes para facilitar o reconhecimento e a participação efetiva dos familiares no processo de redefinição e residência da identidade.

2. METODOLOGIA

O presente estudo é resultado das experiências vivenciadas durante o Estágio Obrigatório Supervisionado em Serviço Social, no período de Agosto de 2022 até Dezembro de 2022, totalizando de 225h. O local escolhido foi uma Instituição de Longa Permanência para Idosos, situada em um município da região metropolitana de Porto Alegre. Essa instituição foi fundada em 1931, constitui-se em uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, com capacidade de atendimento inicial de 139 idosos. Esses idosos são oriundos de situações de risco e vulnerabilidade social, encaminhados pelo Ministério Público, Prefeitura, Conselho Municipal do Idoso, Juizados de Vara da Família entre outros.

Durante o estágio, foi observada a gestão do setor do Serviço Social, o serviço de cuidados dos profissionais da área da saúde e muita acolhida e conversas “paralelas” com os residentes pelos corredores da instituição.

Ao decorrer da vivência, os idosos em muitas situações foram procurar o setor do Serviço Social como uma forma de acessar as atividades disponíveis na casa, o contato com a família e assuntos de cunho pessoal. Percebi que as Assistentes Sociais eram muito próximas dos idosos, sendo o vínculo afetivo bem evidente. Muitos relatos foram descritos e foram percebidos nos diários de campo e no relatório de estágio. Percebi que mesmo o projeto de intervenção do estágio sendo realizado com os profissionais de saúde, os idosos faziam questão de estar presentes junto aos profissionais.

Em outro momento um idoso me disse: *“Sei que não é o serviço do Assistente Social é da Psicóloga, mas pra mim vocês resolvem tudo e nos escutam”. “Eu sinto falta de ser mais ativo”, ser aquele velho que fazia tudo”. “Não quero morar aqui, tenho uma saudade da minha casa, das minhas coisas..., isso aqui não me representa”.*

Na prática do Assistente Social, fica evidente que o acolhimento é uma ferramenta essencial no desempenho de suas funções profissionais. Este desempenha um papel crucial, especialmente durante as entrevistas, proporcionando ao usuário a oportunidade de expressar seus problemas.

No entanto, um desafio constante é a necessidade de delimitar claramente as responsabilidades entre os profissionais de Serviço Social e Psicologia em uma instituição de longa permanência para idosos.

A partir dos relatos destes idosos e do contato com literaturas específicas, este trabalho foi dividido em três categorias que compartilham características semelhantes, tais como o “Envelhecimento Populacional”, “A institucionalização da Pessoa idosa: Demanda ao Serviço Social” e “A institucionalização e as transformações na identidade do idoso.

Essas categorias representam agrupamentos de conceitos ou temas que emergiram durante a análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin. Trata-se de um estudo exploratório-descritivo, de cunho qualitativo.

Segundo a MINAYO (1996), as metodologias de pesquisa qualitativa são aquelas capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas. No que se refere à abordagem exploratória, GIL (2010) ressalta que:

A pesquisa exploratória na sua finalidade proporciona maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento na maioria das vezes tende a ser flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado. Em virtude dessa flexibilidade, torna-se difícil, na maioria dos casos, “rotular” os estudos exploratórios, mas é possível identificar pesquisas bibliográficas, estudos de caso e mesmo levantamentos de campo que podem ser considerados estudos exploratórios (GIL, 2010, p. 27).

A abordagem exploratória do envelhecimento populacional é valiosa para investigar diferentes aspectos, proporcionando uma compreensão abrangente e contribuindo para o desenvolvimento de estratégias diante dos desafios associados a esse processo.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 Envelhecimento Populacional

O processo de envelhecimento é contínuo e inevitável, caracterizado por inúmeras alterações bioquímicas, psicológicas e sociais. Por isso a necessidade de compreender este processo, seus conceitos e suas alterações nesta etapa da vida.

O avanço do envelhecimento populacional no Brasil e em outros países desenvolvidos tem chamado atenção devido à redução do nível de fecundidade, como reforça (Brasil, 2017):

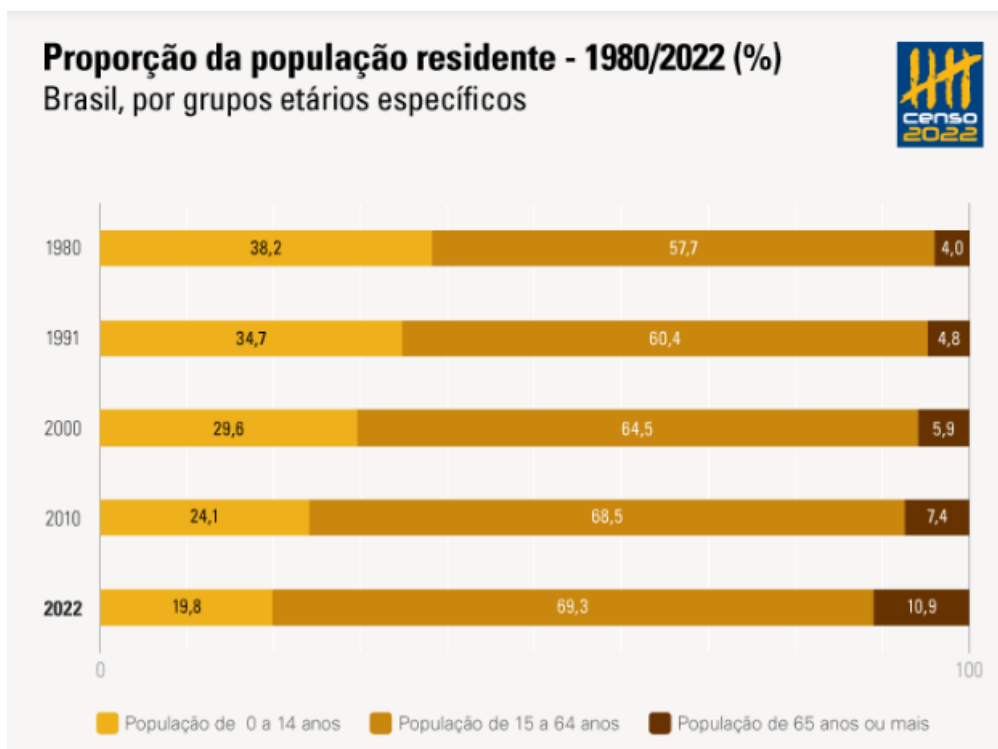
A proporção da população idosa (acima de sessenta anos) está aumentando, enquanto a proporção da população de jovens (zero a 14 anos) e de adultos (de 15 a sessenta anos) se reduz. O peso das pessoas economicamente dependentes, na população brasileira, chamado de razão de dependência, aumentaria de 0,53, em 2015, para 0,59, em 2030

Com a expectativa de aumento da população idosa no Brasil, estudos comprovam que com o passar dos anos o índice de idosos aumentará significativamente comparado às crianças na população como destaca OLIVEIRA (2019):

O índice de envelhecimento quase quadruplicou de 1970 até 2010. Estamos diante de um processo de redução da participação de crianças enquanto os idosos são cada vez mais numerosos na população total. O índice de envelhecimento (60 anos ou mais) é de 44,8 em 2010, significando que para cada 100 crianças nesse ano, existiam no país cerca de 44,8 idosos (OLIVEIRA, 2019,p. 5-6).

Segundo o censo, as projeções estatísticas para 2050 apontam que o Brasil será a sexta maior população de idosos no mundo, com mais de 32 milhões de pessoas idosas, representando 16% da população brasileira. Ainda conforme a pesquisa, entre a população idosa, a faixa etária que predomina no Brasil atualmente é entre os 60 e os 69 anos, constituindo ainda menos de 10% da população total. (IBGE, 2015).

Dados recentes do Censo 2022 retratam esse crescimento populacional da população idosa, conforme gráfico abaixo:



Fonte: Censo Demográfico 2022.

Segundo a ONU (2019) a população mundial está envelhecendo, com a faixa etária de 65 anos ou mais crescendo mais rapidamente.

Em 2018, pela primeira vez na história, pessoas com 65 anos ou mais superaram em número as crianças menores de cinco anos no mundo. Até 2050, uma em cada seis pessoas no mundo terá mais de 65 anos, cerca de 16%. Em 2019, esse valor é de 9%. Prevê-se que o número de pessoas com 80 anos ou mais triplicará, subindo de 143 milhões para 426 milhões.

Mas afinal, o que é envelhecimento? Em pesquisa rápida na internet por sinônimos de envelhecimento, encontram-se palavras como “desgaste”, “abatimento” e “enfraquecimento”.

Assim como foi dito no início deste trabalho, ele emerge a partir da experiência do estágio curricular em uma instituição de longa permanência para idosos, com isso, foi possível observar alguns comportamentos que se enquadram nessas perspectivas. É comum que algum idoso sofra algum “desgaste e abatimento”, comprometendo as funções do corpo ao longo do tempo, implicando na sensação de cansaço, fadiga e desânimo.

Contudo, o "enfraquecimento" pode atribuir a perda de força física, da vitalidade que em alguns casos estão relacionados à perda da massa muscular, da flexibilidade e das alterações metabólicas nos quais limitam sua mobilidade física e a participação ativa no cotidiano destas pessoas.

Nesse sentido, em um dos momentos de observação no estágio, lembro de uma idosa moradora da instituição questionar: *“Qual a vantagem de ser velho? O corpo cai, mais nada presta e funciona. (...) Tem horas que não tem parte do corpo que não dói, dói tudo.”*

Nos corredores da instituição um grupo de moradores comenta: *“É difícil sair na rua, as calçadas não ajudam e se cair já era, quebra tudo e fica numa cama.”*

Observa-se pelos relatos acima que determinadas experiências na idade avançada repercutem no âmbito emocional e mental dos idosos. A sensação de fragilidade e de impotência frente às adversidades inerentes ao estágio da vida inviabiliza essa população de perceber questões positivas e importantes que o acúmulo de experiência e vivências representam.

Dessa forma, as pessoas idosas são, em sua maioria, desconsideradas quando na realidade representa recurso muito importante para o incremento estrutural das coletividades, devido serem uma fonte de conhecimento e de aprendizagem para os jovens pela experiência de vida do mesmo (TEIXEIRA, ZANON, 2018).

Para Ferreira e colaboradores (2010) o envelhecimento é um fenômeno do processo da vida, sendo marcado por mudanças biopsicossociais específicas, associadas à passagem do tempo.

Percebe-se assim que o envelhecimento é permeado por dimensões biológicas, psicológicas e sociais. No âmbito biológico, esse processo é caracterizado por transformações notáveis, como a diminuição da eficiência dos sistemas orgânicos, a perda de elasticidade da pele e a vulnerabilidade às condições de saúde relacionadas à idade. Essas mudanças biológicas, embora universais, manifestam-se de maneira individualizada, contribuindo para a complexidade e singularidade do envelhecimento em cada pessoa.

Dessa forma, a compreensão da velhice vai para além de seu sentido biológico, entendida como um processo que também é cultural, social e histórico (Schneider & Yrigaray, 2008).

No plano psicológico, o envelhecimento influencia a esfera cognitiva, emocional e comportamental. Questões como a adaptação às novas situações, o desenvolvimento de estratégias para lidar com os desafios emocionais e a preservação da saúde mental tornam-se aspectos cruciais nesse processo. Além disso, o envelhecimento não ocorre em isolamento, pois está intrinsecamente ligado à dimensão social da vida.

Como podemos observar, o envelhecimento ainda hoje é vinculado a discursos pejorativos e estigmatizados, que apontam a perdas físicas, ao adoecimento e às limitações como uma realidade universal. Isso impacta na forma como as pessoas encaram essa fase da vida, onde majoritariamente elas temem envelhecer (DEBERT, 1999; SILVA, 2008; BARROSO, 2021). Esta situação pode ser corroborada a partir do discurso dos próprios idosos institucionalizados: *“Essa ideia de ficar velho é simplesmente absurda. Tudo começa a desmoronar: a saúde, a memória, até mesmo a forma como as pessoas nos veem.”*

Mudanças nos relacionamentos interpessoais, nos papéis sociais e na participação em atividades comunitárias são marcadores importantes do envelhecimento, refletindo a interação dinâmica entre o indivíduo e seu ambiente social. Cabe um olhar minucioso dos profissionais que atuam na área, considerando o envelhecimento como uma síntese complexa de fatores biopsicossociais, abrindo espaço para abordagens de trabalho que promovam o entendimento e o apoio necessário a essa fase da existência.

3.2 A Institucionalização da Pessoa Idosa: Demanda ao Serviço Social

Diante do acelerado crescimento populacional da pessoa idosa e a elevação da expectativa de vida, verifica-se também o aumento das demandas com relação aos cuidados e garantias dos direitos destas pessoas.

Novos marcos legais foram instituídos em relação aos direitos desta população tais como: Políticas de acesso à renda mínima com a Lei Orgânica da

Assistência Social (LOAS), com a Política Nacional do Idoso por meio do Estatuto do Idoso em 2003 e no âmbito da saúde com a Política Nacional de Saúde do Idoso em 2006.

Com relação ao Estatuto do Idoso, instituído pela Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, foi prevista a regulamentação dos direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos (Brasil, 2017, p. 9). Segundo o seu artigo 2º:

O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (Brasil, 2017, p. 9).

Levando em conta o direito estipulado por lei, cabe à sociedade explorar alternativas para prover os cuidados indispensáveis à pessoa idosa que necessita de assistência. Isso se deve aos desafios sociais e profissionais enfrentados pelas famílias contemporâneas, que dificultam a prestação adequada de cuidados, tornando a institucionalização uma opção a considerar. Cardão (2009) comenta:

A institucionalização é entendida como um duplo processo. Por um lado, como recurso a serviços sociais de internamento de idosos em lares, casas de repouso e afins, onde recebe assistência. Por outro, como vivência de perda, simbolizada pela presença de estados depressivos, significando uma das formas como o idoso sente e vive o ambiente institucional (Cardão, 2009 p. 11).

As Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) são espaços importantes para a sociedade, pois abrigam grande parte dos idosos nas mais diversas escalas de vulnerabilidade. A Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) nº 283, de 2005, da Agência Nacional de Vigilância sanitária (Anvisa), definiu ILPIs como:

Instituições governamentais ou não governamentais, de caráter residencial, destinadas a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade, dignidade e cidadania” (Brasil, 2005).

Atualmente, as ILPIs operam praticamente com todos os leitos ocupados e, segundo as previsões, na próxima década pode-se esperar um crescimento entre 100% e 500% no número de idosos com necessidade de cuidados não familiares.

Assim, as instituições terão de absorver grande parte dessa demanda (CAMARANO, 2010).

Alguns idosos dependentes requerem cuidados que vão além do que familiares não treinados podem oferecer. Isso inclui assistência médica, fisioterapia, cuidados de enfermagem especializados, terapia ocupacional, entre outros. Nem todas as famílias têm acesso a profissionais treinados para atender às necessidades específicas desses idosos, por esse motivo, o olhar voltado às ILPIs, fundam, cada vez mais, como uma possibilidade de moradia aos idosos.

Nos casos em que o idoso não tem familiares, a institucionalização é assimilada naturalmente, já que não há pessoas para os cuidados, principalmente quando ocorre a perda do cônjuge (Perlini et al. 2007).

Segundo o Estatuto da Pessoa Idosa (Brasil, 2003) os Art. 35 e 37 reforçam que as entidades de longa permanência, ou casa-lar, são obrigadas a firmar contrato de prestação de serviços com a pessoa idosa e o direito à moradia digna, no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhada de seus familiares, quando assim o desejar, ou, ainda, em instituição pública ou privada.

O referido Estatuto traz uma série de direitos e garantias para a população idosa, visando a garantia de uma vida digna e de qualidade. O Serviço Social tem um papel fundamental na promoção do bem-estar dos idosos, atuando em articulação com políticas públicas e instituições para garantir o acesso a direitos, como saúde, moradia e assistência social. A profissão busca também promover a autonomia e a participação social dos idosos.

A questão social se manifesta de diversas formas na vida do idoso, como a falta de acesso a serviços de saúde, assistência e à discriminação etária na sociedade atual e no mundo do trabalho.

Entendida como uma fase que acarreta perdas e limitações, a pessoa idosa é vista como uma pessoa frágil e, consequência disso, acabam se sentindo excluídas da sociedade produtiva, predominantemente capitalista.

Com isso, o aumento na expectativa de vida, o setor econômico e de saúde têm se aproximado mais desta fase, uma vez que ela implica em uma maior dependência de serviços públicos de saúde, dos gastos previdenciários e de prioridades em políticas públicas.

A autora LEMOS (2023) em seu artigo reflete sobre as questões de envelhecimento, capitalismo e trabalho:

Uma vez que há a consolidação do capitalismo enquanto modo de produção, um novo modo de vida vai surgindo e se moldando. Nesse novo modo, a ideia das idades cronológicas fica muito bem demarcada, “institucionalizando o curso da vida”. Há por parte do sistema (produtivo e estatal) um esforço em regular a vida dos sujeitos e direcioná-la ao mundo do trabalho, desde sua entrada, preparada pelo sistema educacional, até sua saída, amparada pelo sistema de políticas públicas, reforçando, não por acaso, que as pessoas idosas (no caso, os trabalhadores) estarão mais vulneráveis na fase final da vida (Lemos, 2023, p.10.).

Embora as perspectivas da metodologia possam diferir em suas abordagens e ênfases, elas concordam em um ponto central: a velhice plena e saudável é influenciada por uma convergência de fatores econômicos e emocionais.

Dessa forma, o assistente social exerce uma função profissional ativa, com a finalidade de melhorar a qualidade de vida dos idosos que vivem em instituições. Isso pode ser concretizado por meio da execução de atividades socioculturais, cujo propósito é fomentar a interação entre os idosos e a instituição, ao mesmo tempo em que facilita a ligação entre a comunidade e os idosos institucionalizados. Esse processo é direcionado para proporcionar benefícios a longo prazo, incluindo o aprimoramento do desenvolvimento cognitivo e psicossocial dos idosos.

Inquietações sobre a institucionalização do idoso na sociedade atual reforçam a necessidade de cuidado e proteção que perpassam a questão clínica. Seria apropriado poder envelhecer com seus vínculos familiares, mas há de considerar que em muitas situações, a alternativa de institucionalização é algo necessário.

Entretanto, pensando no contexto social destes idosos, estudos sobre as ILPIs constata-se que há modelos dessas instituições onde a rotina massante aplicada coletivamente prepondera frente às particularidades de cada pessoa idosa institucionalizada. O autor Dezan (2015, p. 40) atribui:

Ao considerar que a institucionalização promove interrupções de laços afetivos, dificultando o acesso da pessoa idosa às estruturas da sua história existencial, a Instituição de Longa Permanência para Idosos deveria se constituir no lugar onde o desenvolvimento dos seres fosse constantemente incentivado, a fim de contribuir para que eles consigam reaver a sua identidade, conhecendo o seu retrospecto de vida e a si próprios, fazendo com que a instituição possa tornar-se um “espaço potencial para a existência do idoso”.

Ao corroborar com a citação do autor acima, lembro de uma frase um tanto marcante que escrevi em meu caderno de anotações do estágio em que uma idosa escreveu numa folha: *“Eu gostaria que a instituição fosse mais do que um local de moradia, um ambiente incentivador, onde pudesse crescer, aprender e viver plenamente, apesar das mudanças que a idade traz”*.

A realização de atividades em grupo do Serviço Social junto a Psicologia na instituição, deixava claro a necessidade de os idosos expressarem suas palavras, desejos, uma vez que contribui para a participação ativa destes idosos institucionalizados.

A fim de buscar atingir alguns dos princípios estabelecidos para o funcionamento das Instituições de Longa Permanência, aponta-se como um dos fundamentos a serem seguidos por essas instituições o de promover o vínculo familiar com aqueles que ainda tem famílias, promover atividades que incentivem a autonomia dos seus residentes e proporcionar momentos de lazer, atividades físicas, culturais e recreativas (Brasil, 2005).

Portanto, é de suma importância que o profissional Assistente Social identifique e aborda a diversidade de questões sociais enfrentadas pelos idosos, propondo ações que visam a autonomia e o protagonismo destes sujeitos assistidos na instituição.

Pavan, Meneghel, Junges (2008) relatam que na maioria das vezes, as pessoas idosas são largadas ao abandono familiar, num ambiente totalmente estranho com limitações que podam sua maneira de viver, com regras que o deprimem a cada dia, “forçando ao declínio de suas funções física e cognitiva” matando aos poucos a sua identidade.

Fica evidente, assim, que o papel do assistente social em uma ILPI transcende as expectativas comumente atribuídas, podendo ser considerado um elo crucial entre as relações familiares e o idoso, o idoso e a instituição, e ainda a sua relação com a instituição.

Na vivência de estágio, todo o dia havia fluxo dos idosos na sala do Serviço Social, muitas vezes com a intenção que a Assistente Social pudesse realizar uma ligação para o familiar, na expectativa de uma notícia de parentes e amigos.

Promover novos arranjos e conservar os contextos favoráveis e atenuantes do envelhecimento é um ofício essencial para a promoção da qualidade das pessoas idosas e para que elas possam persistir, por mais tempo, com autonomia e socialmente relevantes.

A tendência da pessoa idosa institucionalizada implica no distanciamento de si mesmo, da sua identidade.

3.3 A institucionalização e as transformações na identidade do idoso

Em muitos dos casos, a vida da pessoa idosa dentro de uma instituição de longa permanência presume regras, normas e condutas “adequadas”. Por esse motivo, há um enfrentamento da perda da sua liberdade, desamparo dos filhos e uma relação mais próxima com a chegada da morte. Esses elementos reforçam a ideia de institucionalização como o fim da convivência comunitária, o início de um isolamento social e a perda do controle sobre a sua própria rotina. Ou seja, o acesso a uma ILPI poderá configurar como rompimento dos laços sociais, subsidiando as transformações identitárias que a pessoa idosa poderá sofrer ao longo da sua institucionalização.

A transição para um lar de acolhimento representa um processo exclusivo de reintegração e adaptação, cujo desfecho está relacionado à identidade que a pessoa idosa estabelece com o novo ambiente. CIAMPA (1987) descreve:

Cada indivíduo encarna as relações sociais, configurando uma identidade pessoal. Uma história de vida. Uma vida que nem sempre é vivida, no emaranhado das relações sociais. (...) No seu conjunto, as identidades constituem a sociedade, ao mesmo tempo em que são constituídas, cada uma por ela (CIAMPA, 1987, p. 127).

A identidade de um indivíduo é o resultado de uma interação complexa entre fatores internos e externos. O processo de construção da identidade é dinâmico e pode variar de pessoa para pessoa, dependendo de suas experiências e do ambiente em que vivem.

Guimarães (2018) em sua dissertação escreve que a identidade é progressiva e contínua, onde o indivíduo vive várias experiências que transformam, renovam, modificam e aprimoram ela constrói e se reconstrói, cria e recria o seu processo ao

longo da vida, entretanto a identidade norteia e controla a interação social do outro para com o si.

Dessa forma, a identidade estabelece com base na estrutura do espaço em que o indivíduo está inserido. Segundo o autor Bauman (2005):

Que a sociedade moderna, mais informada induz as identidades a uma metamorfose contínua, ou seja, distanciam-se das “identidades ao estilo antigo, rígidas e inegociáveis”. Assim, os constantes movimentos de mudanças da sociedade moderna avançada fragilizam suas bases levando os indivíduos a uma busca pela reconstrução da identidade subjetiva, num anseio de segurança, mas com a convicção de que o formato de hierarquias sólidas e duráveis já não são fáceis de construir (Bauman, 2005, p. 33).

Dubar (1997) diz que a identidade é o resultado do processo de socialização, que compreende o cruzamento dos processos relacionais dentro de um sistema de ação nos quais os sujeitos estão inseridos e biográficos tratam da sua história de vida.

No que diz respeito especificamente à velhice, a base da abordagem à 'identidade' em pessoas idosas está enraizada na forma como se compreende o indivíduo por meio de seus hábitos, valores, ideologias, sentimentos, interesses e cultura. A única diferença está na vivência e experiência de vida que a conduziu ao estágio de maturidade cognitiva, psicológica e orgânica.

Dessa maneira, podemos referir que a identidade de uma pessoa pode evoluir, modificar e mudar ao longo da vida, incluindo na velhice. O envelhecimento é uma etapa da vida que frequentemente traz transformações marcantes na identidade e na maneira como as pessoas percebem a si mesmas.

Lembro de um dia chuvoso em meio ao período de estágio uma idosa escrevia poesias e poemas em seu diário e neste dia me disse: *“As memórias se entrelaçam com novos encontros, redesenhando a minha identidade, à medida que as histórias são compartilhadas e os laços se formam, transformando o passado em uma colcha de relatos de experiências partilhadas”*.

Nessa perspectiva, Veiga et al. (2016) diz que a construção identitária das pessoas idosas está profundamente ancorada nos territórios onde vivem, principalmente quando estas pessoas residem há muito tempo num mesmo espaço geográfico, no qual vivenciam uma parte muito substantiva do seu cotidiano.

Deste modo, seja devido a limitações físicas ou dificuldades de acessibilidade na comunidade, a pessoa idosa poderá ter sua identidade ainda mais enraizada em

seu ambiente local devido a limitação de mobilidade podendo restringir sua capacidade de explorar novos territórios e experiências.

Alguns autores como Ciampa (1987) mencionado anteriormente, destaca a complexidade da identidade, sugerindo que as pessoas não têm uma identidade fixa, mas sim múltiplas facetas que se desenvolvem e se transformam ao longo do tempo, refletindo as diferentes situações sociais em que estão inseridas.

Por esta razão, a interpretação do envelhecimento por parte das pessoas idosas varia conforme o contexto e a cultura em que estão envolvidas.

Uma vez que a pessoa idosa faz parte da sociedade e, estando a vivenciar a última etapa da vida humana, se encontra mais vulnerável por atravessar um processo que acarreta grandes alterações a nível individual e na própria sociedade. Um exemplo é a perda do papel social direcionada ao mundo do trabalho. Por isso a importância da pessoa idosa manter e reforçar a sua identidade, quer pessoal, quer social.

Dubar (1997) reafirma que a identidade de alguém é o que se tem de mais precioso. A perda de identidade é sinónimo de alienação, de sofrimento, de angústia e de morte. Ora, a identidade humana não é dada, de uma vez por todas, no ato do nascimento: constrói-se na infância e deve reconstruir-se sempre ao longo da vida.

Portanto, ao se referir a um espaço de moradia de uma pessoa idosa, devemos considerar que o processo de institucionalização poderá provocar transformações profundas na identidade humana deste idoso, influenciando sua percepção de si mesma, seus relacionamentos e seu sentido de autonomia.

A mudança de uma pessoa idosa para uma instituição de longa permanência pode ser desafiadora, exigindo adaptação a novas condições de vida. A forma como ela enfrenta essa transição e se ajusta ao novo ambiente é significativamente afetada pela qualidade do suporte e cuidados da instituição, além da manutenção de conexões sociais e familiares. Essa experiência pode envolver uma potencial mortificação do eu, exigindo um processo de adaptação emocional diante das transformações no ambiente e nas relações. Goffman (2003) disserta:

A mortificação do eu, é a tensão entre o mundo doméstico e o mundo institucional: o primeiro processo de “mortificação do eu” é a barreira posta pela instituição entre o interno e o mundo exterior e o segundo processo de “mortificação” designa por mutação do eu: perda do nome, separação de posses, dos bens, maus tratos, marcas e perdas dos membros do corpo, violação do território do eu, invasão de barreiras, a ruptura dos laços afetivos principalmente familiares e perda de autonomia” (Goffman, 2003, p. 23).

Preservar o "eu civil" em instituições totais é crucial para garantir qualidade de vida digna aos idosos, que frequentemente chegam com uma imagem formada por papéis sociais anteriores. A mortificação do eu é uma preocupação real.

Sendo assim, percebe-se que com consentimentos, acordos e preparação destes idosos antes da institucionalização, seria uma alternativa para uma melhor adaptação nas questões relacionadas às premissas sociais e afetivas do cotidiano.

Em muitas situações, não havendo alternativa se não há institucionalização, a autora PEREIRA (2019) relata em seu artigo:

Muitos já pensam e/ou amadurecem a ideia de se institucionalizarem, apesar de que ainda há praticidade em estar numa ILPI, pois há algumas vantagens, como não se preocupar com os trabalhos domésticos, horários, e não ficar sozinho em casa (PEREIRA, 2019, p.4).

Considerando isso, a institucionalização pode resultar em novas interações e papéis sociais, reconstruindo os aspectos negativos relacionados à pessoa idosa, desenvolvendo respostas sociais positivas, adequadas às realidades e especificidades de cada idoso. Ao se adaptarem a essa nova realidade, são desprendidos da proteção fornecida por tais papéis anteriormente vivenciados, o que no primeiro momento pode ocorrer um abalo na identidade, levando a um processo de desconforto, o que gera tensão psicológica.

Pimentel (2001) conta a relevância de produzir equipamentos estruturados de acordo com as necessidades dos idosos, que signifiquem seu modo viver a vida, sua personalidade e individualidade e lhe permitam lugares de realização pessoal, considerando que, talvez desta maneira, a institucionalização se torne menos dolorosa e angustiante.

Enfim, reforçamos a importância de termos instituições estruturadas que atendam às necessidades da pessoa idosa e que, particularmente, possam garantir espaços de realização pessoal, como defesa de seus direitos e a proteção da sua identidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo, evidencia-se que, à medida que a população idosa cresce no país, as preocupações em relação ao processo de envelhecimento aumentam no seio das famílias, uma vez que as configurações familiares estão passando por mudanças que tornam a assistência à pessoa idosa cada vez mais desafiadora, sendo assim, as instituições de longa permanência é uma alternativa para acolher e responsabilizar-se com os cuidados.

Com o aumento gradativo desta população, acredita-se que num futuro próximo a população idosa supere as demais camadas da sociedade o que acarretará além da família como principal responsável pelo cuidado destas pessoas, o Estado brasileiro também terá papel importante por meio de políticas públicas destinadas especialmente a pessoas idosas.

Diante do aumento do envelhecimento populacional, as transformações nas estruturas familiares e a maior participação da mulher no mercado de trabalho, torna-se cada vez mais evidente o acréscimo nas demandas por institucionalização de idosos no Brasil, o que implica por profissionais que atuam na área de assistência, como os Assistentes Sociais.

Mas o que faria um profissional Assistente Social em uma instituição de longa permanência para idosos?

Na vivência como estagiária do Serviço Social, percebi a importância do Assistente Social em uma instituição de longa permanência para idosos, desde o acolhimento (processo de adaptação dos idosos), encaminhamentos dos direitos sociais destes residentes, como buscar resguardar ou até mesmo retomar os vínculos familiares, o que em muitos casos ocasionava menos aflição, “sensação de abandono” e insegurança ao ser admitido na instituição.

Porém, somado ao fato de “envelhecer” e a consequência da institucionalização, faz com que diversos termos pejorativos e a perda do controle da rotina diária, da liberdade e da sua condição de autonomia, reforce a institucionalização como início de um isolamento social.

Assim, a institucionalização pode tanto afetar a autoestima da pessoa idosa, contribuindo para mudanças na identidade, quanto oferecer uma oportunidade para interação e aquisição de empregos sociais.

Ainda no campo de estágio, pude observar o quanto é importante desenvolver estudos acerca das expressões da questão social nos quais vem sendo acelerada pelo envelhecimento populacional em uma sociedade capitalista, que descarta a categoria trabalhadora “com mais idade” do modo produtivo intervindo na maneira de reprodução social e na ampliação de demandas por proteção social.

Portanto, torna-se fundamental apresentar respostas sociais adequadas às realidades e especificidades locais, de acordo com as necessidades dos idosos, respeitando a sua história de vida e a sua individualidade. Repensar espaços no sentido de possibilitar mecanismos para que a pessoa idosa possa se reconhecer nesses locais para que a presença de familiares que mantiveram vínculo afetivo com estes idosos possam participar de forma efetiva desse processo de ressignificação e reconstrução de identidade.

Neste espaço de reconstrução de novas identidades e subjetividades relacionadas no processo de envelhecimento e suas proporções, os profissionais atuam na área de ILPIs, deverão ter outros conhecimentos, além do cuidado especializado em saúde, precisarão de conhecimentos para conseguir lidar com esta nova identidade da pessoa idosa munido de direitos sociais.

REFERÊNCIAS

BARROSO, E. P. **Reflexões sobre a velhice: identidades possíveis no processo de envelhecimento na contemporaneidade.** *História Oral*, v.24, n.1, jan./jun., 2021. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/1128>. Acesso em: 3 dez. 2023.

BAUMAN, Z. **Identidade.** Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Estatuto do Idoso.** Brasília, 2003.

BRASIL. Resolução RDC nº 283, de 26 de setembro de 2005. **Regulamento Técnico que define normas de funcionamento para as Instituições de Longa Permanência para Idosos.** Brasília, 2005. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2005/res0283_26_09_2005.html. Acesso em 27 out. 2023.

CAMARANO, A. A.; SCHARFTEIN, E. A. **Instituições de Longa Permanência para Idosos: abrigo ou retiro?** In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Cuidados de longa duração para a população idosa: um novo risco social a ser assumido?** Rio de Janeiro: Ipea, 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livro_cuidados.pdf. Acesso em 27 out. 2023.

CARDÃO, Sandra. **O Idoso Institucionalizado.** Lisboa: Coisas de Ler, 2009.

CIAMPA, A. C. (2001). **A Estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de Psicologia Social.** São Paulo: Brasiliense.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice.** São Paulo: Fapesp, 1999.

DEJO, U. **População mundial deve ter mais 2 bilhões de pessoas nos próximos 30 anos.** ONU, 17 de junho, 2019. Disponível em: *News*. <https://news.un.org/pt/story/2019/06/1676601>. Acesso em: 03 nov. 2023.

DEZAN, S. Z. **O envelhecimento na contemporaneidade: reflexões sobre o cuidado em uma instituição de longa permanência para idosos.** *Revista de Psicologia da UNESP*, v. 14, n. 2, 2015.

DUBAR, C. **A Socialização: Construção das Entidades Sociais e Profissionais.** Porto: Porto Editora, 1997.

FERREIRA, Olívia Galvão Lucena et al. **Significados atribuídos ao envelhecimento: idoso, velho e idoso ativo.** *Psico-USF*, v. 15, 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pusf/a/wgybQfQNZhjrK63Kfh9mFw/?format=pdf&lang=pt.>

Acesso em: 03 nov. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 8a. ed., São Paulo: Perspectiva, 2003.

GUIMARÃES, Rozana Pereira Antunes et al. **A identidade das pessoas idosas institucionalizadas**. 2018. Dissertação de Mestrado. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Projeção da população do Brasil e das unidades da federação, por sexo e idade para o período 2000-2030**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http://ftp.ibge.gov.br/Projecao_da_Populacao/Projecao_da_Populacao_2013/nota_metodologica_2013.pdf. Acesso 20 set 2023.

LE MOS, Amanda dos S. **Quem é velho e quem é idoso no capitalismo contemporâneo? Reflexões sobre o envelhecimento de mulheres trabalhadoras**. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, n. 53, 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4. Ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1996.

OLIVEIRA, A. S. **Transição Demográfica, Transição Epidemiológica e Envelhecimento Populacional no Brasil**. *Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde*, Uberlândia, v. 15, n. 32, 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/48614>. Acesso em: 26 out. 2023.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. **O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais**. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, v. 25, 2008.

PAVAN, Fábio José; MENEGHEL, Stela Nazareth; JUNGES, José Roque. **Mulheres idosas enfrentando a institucionalização**. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 24, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/JLxG3YmbVG9rGZCLGGKyJVF/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

PIMENTEL, L. **O lugar do idoso na família: contextos e trajetórias**. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.

TEIXEIRA, Arthur Marques; ZANON, Simone Terezinha. **O Envelhecimento Populacional Brasileiro: Oportunidades e Desafios para uma População que Envelhece**. In: *I Congresso Nacional de Biopolítica e Direitos Humanos*, 2018.

Disponível em:
<https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/conabipodihu/article/view/9302/7967>. Acesso em: 27 out. 2023.

PERLINI, Nara Marilene; LEITE, Marinês Tambara; FURINI, Ana Carolina. **Em busca de uma instituição para a pessoa idosa morar: motivos apontados por familiares.** *Revista Esc Enferm, USP*, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/8RRrdpFpqkVGcpDNRYNzfsg/abstract/?lang=pt>. Acesso em 21 set 2023.

VEIGA, M., FERREIRA, S. & CORDEIRO, A. **Construção de identidade(s) na velhice: os territórios enquanto marcos identitários** – *Psicologia & Sociedade*. Universidade de Coimbra, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/wT3cVPSR963bhqfJFwtmCPH/>. Acesso em 18 set 2023.